

HABEAS CORPUS Nº 548.918 - RS (2019/0358383-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
IMPETRANTE : J C S
IMPETRANTE : R DE N S
ADVOGADOS : SONIA MARIA BORGES - RS071143
ELIDIANA MAROSTICA - RS101071
LUCIANA RIBAS MARCO - RS111546
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : G D P - MENOR IMPÚBERE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

A impetração volta-se contra ato praticado pelo TJRS que, em sede de agravo de instrumento interposto pelo MPE/RS, teria determinado o acolhimento institucional do paciente, menor de idade, após decisão judicial de primeira instância que ordenou a suspensão do poder familiar de seus pais biológicos.

Por sua vez, os impetrantes não guardam relação de parentesco com o paciente.

Tem-se, portanto, procedimento aparentemente regular, à luz do que orienta o art. 101, VII, c.c. o art. 98, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Cabe ressaltar, ademais, que a lei de regência é expressa em enunciar que o acolhimento institucional não qualifica ato de privação da liberdade (ECA, art. 101, § 4º, parte final), circunstância que, a rigor, afasta o cabimento desta ação constitucional (CF/1988, art. 5º, inc. LXVIII).

Por outro lado, em que pesem suas alegações, os impetrantes não juntaram aos presentes autos a cópia do ato coator, de sorte que não se faz possível uma análise mais acurada dos fatos que motivaram a conclusão da Corte regional, razão pela qual INDEFIRO, ao menos por ora, o pedido de liminar.

Requisitem-se informações do TJRS, com urgência.

Sem embargo, desde logo determino a abertura de vista ao Ministério Público Federal - MPF para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator